

ALGUNS CASOS DE FORMAÇÃO DE PLURAL EM PORTUGUÊS: UMA ABORDAGEM NATURAL

Maria Bernadete M. Abaurre Gnerre  
UNICAMP

...e quando tem ditongo antes de til. muitas vezes acrescentão /s/ não mais como mãi. mãis. mãos. rabão. rabãos. ruim. ruis. mas outras muitas vezes os nomes acabados em ão cõ ditongo e til/ mudão alghũa das vogaes desse ditongo ou ãbas como tabalião. tabaliães. cordão. cordões. tabalião muda hũa so letra do ditongo e cordão ãbas: tabalião muda. o. em. e. e cordão muda todo o ditongo. ão. em outro. õe. Mas pã limitar qes são os nomes q acrescentão /s/ ou. mudão hũa so letra ou ambas as do ditongo eu não acho regra mais geral questa que agora darey ainda que tera muitas eiceições.

(Fernão D'Oliveyra,  
Grammatica da Lingoagem Portu  
guesa. Lisboa 1536. Capitulo XLV)

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Introdução

Os primeiros trabalhos sobre o componente fonológico do português fei tos segundo a proposta da Fonologia Gerativa Standard, criaram, de certa forma, a ex pectativa de uma simplificação no tratamento de aspectos tradicionalmente tidos como complexos na morfologia da língua. Este trabalho pretende discutir essa aparente "sim plificação", obtida às custas de uma abstração excessiva nas formas subjacentes propos tas, e de uma consequente "complicação" dos aspectos fonológicos.

Nas páginas seguintes serão discutidos alguns casos de formação de plu ral em português à luz da Fonologia Gerativa Natural\* (Abaurre-Gnerre, 1976; Bruck, Fox e La Galy, 1974; Hooper, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976; Hudson, 1975; Vennemann, 1971a, b, 1972a, b, c, d, 1973, 1974)<sup>1</sup>. Este modelo teórico (doravante FGN) foi proposto há uns dez anos, aproximadamente, e procura, em linhas gerais, dar conta de certos aspec

tos das línguas naturais sem o recurso a mecanismos muito poderosos de análise como os propostos pela Fonologia Gerativa Standard (FGS).

Os dados do português que me proponho considerar neste trabalho podem ser interpretados como evidência em favor da escolha da FGN como modelo teórico mais adequado para uma descrição lingüística que se pretenda explicativa de dados de aquisição de morfologia por falantes nativos e da direção da mudança lingüística. Nas seções seguintes apresentarei os dados relevantes e comentarei brevemente as análises propostas para esses dados dentro do quadro teórico da FGS. Elencarei, a seguir, os postulados básicos da FGN, para então propor uma análise dos dados do português baseada neste modelo teórico. Finalmente, comparando os resultados dos dois procedimentos analíticos e suas respectivas consequências e implicações, tentarei argumentar que a FGN permite uma análise mais adequada do que a FGS, do ponto de vista da adequação descritiva, para os casos de formação de plural em questão.

## 1.2. Dados Relevantes

Os casos de formação de plural dos quais me ocuparei referem-se aos nomes que terminam foneticamente em ditongo nasal, tanto nas formas do singular como nas formas do plural<sup>2</sup>. O ditongo nasal final é sempre [ãw] na forma singular. No plural, no entanto, além do acréscimo da marca geral de plural da língua, /s/, alguns nomes apresentam uma alternância morfofonêmica na vogal e/ou glide do ditongo nasal. Considere-se, pois, o primeiro conjunto ilustrativo de exemplos (1):

(1) (a)	sg. [sexmãw]	pl. [sexmõys]	'irmão'
(b)	[pãw]	[pãys]	'pão'
(c)	[ixmãw]	[ixmãws]	'irmão'

Observe-se que em (c) acrescenta-se apenas o morfema de plural para formar o plural: em (b) ocorre também a alternância ã/õ; em (a), além de ã/õ, há também a alternância ã/õ. Estes nomes são parte de uma numerosa classe de nomes em -[ãw] e têm sido tradicionalmente categorizados, nas gramáticas normativas, em três sub-classes morfológicas de acordo com a maneira pela qual formal o plural. Exemplifica-se, a seguir, essa categorização morfológica tradicional (em: Celso Cunha, 1970: 125-26):

### (2) Formação de Plural

Regras Especiais:

1. Os substantivos terminados em -ão formam o plural de três maneiras:

(a) a maioria muda o final -ão em -ões.

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
balão botão canção confissão coração eleição estação fração	balões botões canções confissões corações eleições estações frações	gavião leão nação operação opinião questão tubarão vulcão	gaviões leões nações operações opiniões questões tubarões vulcões

Neste grupo se incluem todos os aumentativos:

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
amigalhão bobalhão casarão chapelão dramalhão espertalhão facão figurão	amigalhões bobalhões casarões chapelões dramalhões espertalhões facões figurões	moleirão narigão paredão pobretão rapagão sabichão vagalhão vozeirão	moleirões narigões paredões pobretões rapagões sabichões vagalhões vozeirões

b) um reduzido número muda o final -ão em -ães:

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
alemão bastião cão capelão capitão catalão	alemães bastiães cães capelães capitães catalães	charlatão escrivão guardião pão sacristão tabelião	charlatães escrivães guardiães pães sacristães tabeliães

c) um número pequeno de oxítonos e todos os paroxítonos acrescentam simplesmente um -s à forma singular:

SINGULAR	PLURAL	SINGULAR	PLURAL
cidadão cortesão cristão desvão irmão pagão	cidadãos cortesãos cristãos desvãos irmãos pagãos	acórdão benção golfão orfão orgão sotão	acórdãos benções golfãos orfãos orgãos sotãos

Observações:

19) Neste grupo se incluem os monossílabos tônicos chão, grão, mão e vão, que fazem no plural chãos, grãos, mãos e vãos.

20) Artesão, quando significa "artífice", faz no plural artesãos; no sentido de "adorno arquitetônico", o seu plural pode ser artesãos ou artesões.

30) Para alguns substantivos finalizados em -ão, não há ainda uma forma de plural definitivamente fixada, notando-se, porém, na linguagem corrente, uma preferência sensível pela formação mais comum, em -ões. Assim:

SINGULAR	PLURAL <sup>3</sup>	SINGULAR	PLURAL
alão	{ alãos alões alães	ermitão	{ ermitães ermitões ermitãos
alazão	{ alazães alazões	hortelão	{ hortelãos hortelões
aldeão	{ aldeãos aldeões aldeães	rufião	{ rufiães rufiões
ancião	{ anciãos anciões anciães	sultão	{ sultões sultãos sultães
castelão	{ castelãos castelões	verão	{ verões verãos
deão	{ deães deões	vilão	{ vilãos vilões

49) Corrimão, como composto de mão, devia apresentar apenas o plural corrimãos; a par desse, existe também corrimões, por esquecimento da formação original da palavra.

São as análises propostas pela FGS e pela FGN, respectivamente, para dar conta das alternâncias morfofonêmicas nos dados em (2), que examinarei e tentarei avaliar a seguir. Começemos, pois, pela consideração das análises conhecidas baseadas nos pressupostos da FGS.

## 2. DITONGOS NASAIS NOS PARES SG./PL.: ANÁLISES ABSTRATAS EM FGS

Em Abaurre-Gnerre (1973b) dediquei algum tempo à consideração de análises abstratas propostas para os ditongos nasais em português (Hensey, 1968; Saciuk,

1970; N. St. Clair, 1971; Brasington, 1971; Abaurre-Gnerre, 1973a). Essas análises são representativas, todas, da FGS, diferindo muito pouco em suas propostas básicas. Concentrei-me então, primariamente, em uma apresentação crítica da análise de Saciuk, representativa da abordagem mais tradicional em Fonologia Gerativa, e nos problemas que tal análise levanta. Na minha análise dos ditongos nasais, que se seguiu à discussão da de Saciuk, propus formulações alternativas para algumas de suas regras, que me parecem mais motivadas para o português. Apresentei ainda argumentos a favor da substituição da regra de Inserção de Glide, proposta por Saciuk, por uma regra de Vocalização de -n, o que me parece dar conta, de maneira mais natural, dos dados em questão. Ainda acho que, se se adota como quadro de referência a FGS, minha análise é preferível à de Saciuk, por motivos que procurei explicitar no trabalho citado e que não serão repetidos aqui.

a apresentação esquemática que farei a seguir, da análise em FGS que propus para os dados (Abaurre-Gnerre, 1973b), pretende ser o pano de fundo para a apresentação da análise em FGN, na seção 3.1..

Nas análises fonológicas que seguem os pressupostos da FGS é perfeitamente válido recorrer à abstração nas formas subjacentes, em casos, por exemplo, de alternância do tipo observado em (1) (a) e (b), de modo a fazer com que as formas superficiais possam ser derivadas, para todos os membros de um conjunto alternante, a partir de apenas uma forma básica, por meio da aplicação de regras que devem, em muitos casos, ter uma ordenação extrínseca. Tal seria o caso, e.g., dos dados do português mencionados em (1). Portanto, para formas superficiais do tipo:

(1)	sg.	pl.	
(a)	[sexmãw̃]	[sexmõys]	'sermão'
(b)	[pãw̃]	[pãys]	'pão'
(c)	[ixmãw̃]	[ixmãws]	'irmão'

podem ser propostas formas subjacentes como:

(3)	sg.	pl.
(a)	/sermone/	/sermone + e/
(b)	/pane/	/pane + s/
(c)	/irmano/	/irmano + s/

As formas subjacentes em (3) são abstratas no sentido de que nunca se manifestam superficialmente. Em uma abordagem do tipo FGS assume-se a existência de um nível abstrato de representações nas descrições fonológicas, e, além disso, que as formas subjacentes propostas possuem algum tipo de realidade psicológica para os falantes nativos da língua em estudo. Certamente, mesmo em FGS, não se podem propor formas subjacentes abstratas sem motivação independente aceitável. Há, evidentemente, um modo de restringir a abstração extrema nas representações fonológicas. No caso dos dados do

português, por exemplo, um argumento a favor da suposta realidade psicológica das formas básicas propostas em (3), argumento que permeia todas as análises abstratas até o momento propostas, é o fato de os falantes de português possuírem em seu léxico formas como:

- (4) (a) [sexmōnāriʊ] 'sermonário'  
 (b) [pānifikāx] 'panificar'  
 (c) [ixmōnādʊs] 'irmanados'

O argumento baseia-se no fato de que os falantes relacionam as formas em (4) àquelas em (1), com base na semelhança semântica existente entre cada par. Isto justificaria, e.g., a presença do segmento abstrato /n/ nas formas básicas em (3), que nunca se manifesta superficialmente nas formas com ditongos nasais finais como aquelas em (1).

Espera-se, assim, que toda a abstração introduzida nas representações subjacentes, em uma análise em FGS, seja justificada.

Um conjunto possível de regras extrinsecamente ordenadas propostas para derivar as formas superficiais em (1) a partir das formas subjacentes em (3) é o seguinte (cf. Abaurre-Gnerre, 1973b)<sup>4</sup>:

(5) Regras ordenadas:

1. Acento

2. Nasalização

$$V \longrightarrow [+nasal] \quad / \quad \text{---} \quad \left[ \begin{array}{c} C \\ +nasal \end{array} \right]$$

2'. Restrição dialetal específica:

$$\left[ \begin{array}{c} V \\ +nasal \end{array} \right] \longrightarrow [-baixa]$$

3. Apócope

$$e \longrightarrow \emptyset \quad / \quad \left\{ \left[ \begin{array}{c} +cons \\ +sonor \\ +cor \end{array} \right] \right\} \text{---} \neq ]_N$$

z

4. Vocalização de -n

$$\left[ \begin{array}{c} +cons \\ +nasal \end{array} \right] \longrightarrow \left[ \begin{array}{c} -cons \\ -voc \\ \propto post \end{array} \right] \quad / \quad \left[ \begin{array}{c} V \\ \propto post \end{array} \right] \text{---} \neq$$

5. Desarredondamento

$$V \longrightarrow [-arred.] \quad / \quad \text{---} \quad \left[ \begin{array}{c} G \\ +nasal \\ +post \end{array} \right] \neq$$

6. Apagamento de -n ([+ Nativo] )

$$\begin{bmatrix} + \text{ cons} \\ + \text{ nasal} \\ + \text{ cor} \end{bmatrix} \longrightarrow \emptyset / \text{ V } \text{ --- } \begin{bmatrix} + \text{ cont} \end{bmatrix}$$

7. Levantamento de Vogal

$$\begin{bmatrix} \text{ V} \\ - \text{ baixa} \\ - \text{ acento} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} + \text{ alta} \\ - \text{ tensa} \end{bmatrix} / \text{ --- } \left( \begin{bmatrix} + \text{ cons} \\ - \text{ voc} \\ + \text{ cont} \\ + \text{ cor} \end{bmatrix} \right) \neq$$

8. Formação de glide

$$\begin{bmatrix} - \text{ cons} \\ + \text{ alto} \\ - \text{ acento} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} - \text{ voc} \end{bmatrix} / \begin{bmatrix} + \text{ voc} \\ - \text{ cons} \end{bmatrix}$$

9. Nasalização secundária

$$\begin{bmatrix} - \text{ cons} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} + \text{ nasal} \end{bmatrix} / \begin{bmatrix} + \text{ nasal} \end{bmatrix}$$

Dadas as regras ordenadas em (5), a derivação das formas em (1) se processa da seguinte maneira:

(6) Exemplos de derivações

	/sermone/	/sermone+s/	/pane/	/pane+s/	/irmano/	/irmano+s/
1.	sermōne	sermōnes	pāne	pānes	irmāno	irmānos
2 e 2'	sermōne	sermōnes	pāne	pānes	irmāno	irmānos
3.	sermōñ	_____	pāñ	_____	_____	_____
4.	sermōw	_____	pāw	_____	_____	_____
5.	sermāw	_____	_____	_____	_____	_____
6.	_____	sermō es	_____	pā es	irmā o	irmā os
7.	_____	se mō is	_____	pō is	irmā u	irmā vs
8.	_____	sermōys	_____	pāys	irmāw	irmāws
9.	_____	sermōys	_____	pāys	irmāw	irmāws

[sexmāw] [sexmōys] [pāw] [pāys] [ixmāw] [ixmāws]

5

Esta análise abstrata é representativa da FGS. Passarei agora a discutir uma análise baseada nas propostas da FGN. Para elaborar tal análise será necessário, no entanto, apresentar preliminarmente os pressupostos teóricos básicos deste modelo, o que se fará na seção 3.

### 3. FGN: uma abordagem concreta

Em um trabalho intitulado "Natural Generative Phonology", lido durante a reunião anual da LSA em Saint Louis, Mo., em dezembro de 1971, Theo Vennemann fez a proposta de um modelo mais restrito de fonologia, menos poderoso do que a Fonologia Gerativa Standard. Este modelo tem se desenvolvido, desde então, a partir de uma série de trabalhos de Vennemann (1971b, 1972a, b, c, d, 1973, 1974) e de Hooper (1972, 1973, 1974, 1975, 1976), principalmente.

Uma das características principais da FGN é o fato de o modelo propor fortes restrições à abstração. Em FGN não seria admissível, por exemplo, uma análise abstrata como a proposta para o plural em português na seção precedente. Os principais postulados da FGN encontram-se já em Hooper (1973:21):

Phonology in a natural generative grammar (NGG) is similar in many ways to phonology in TGG. In NGG there is a lexicon in which individual lexical items are given phonological shape by distinctive features that have intrinsic phonetic content. In NGG there is a phonological component which contains rules which generate surface forms from underlying forms. The difference between the theories is that NGG is more constrained than TGG. (...) NGG is a less powerful theory, and therefore more highly valued if it can be shown that the analyses selected by NGG make the correct claims about the linguistic data.

Nas seções seguintes procurarei trazer evidências, a partir de dados do português, em favor da FGN. Procurarei mostrar que este modelo permite fazer afirmações corretas a respeito dos dados relativos ao plural dos nomes em - [ãw], enquanto que as afirmações decorrentes da FGS são, em muitos casos, problemáticas.

Quanto ao problema do grau de abstração permissível nas representações subjacentes, a FGN tentou solucioná-lo da maneira mais forte possível. A primeira restrição proposta neste sentido foi a *Condição de Naturalidade Forte* (Vennemann, 1973). Esta condição requer que morfemas *não-alternantes* tenham formas subjacentes idênticas a suas representações fonéticas, e que morfemas *alternantes* tenham um dos alomorfes superficiais listados no léxico e os demais derivados a partir dele. A CNF proíbe ainda que formas subjacentes híbridas, reunindo características de mais de um alomorfe de um morfema alternante, sejam propostas.

A escolha do alomorfe básico para figurar no léxico deveria ser determinada pela *Condição de Não Ordenação* na aplicação das regras (que se discutirão a seguir), pela própria *Condição de Naturalidade Forte*, ou por ambas. No entanto,



neither the No-Ordering Principle nor the Strong Naturalness Condition together lead to a unique solution of a lexical-representation problem, the lexical representation of a root is that allomorph of the root which occurs in the most basic (most primitive, 'unmarked') semantic category of the paradigm. (Vennemann, 1973:18)

Após ser aplicada com sucesso a alguns dados de línguas específicas, a Condição de Naturalidade Forte demonstrou-se, no entanto, inadequada, em casos em que a escolha de qualquer dos alomorfes de um morfema alternante, ainda que baseada no critério semântico da "primitividade", levava à proposta de regras não naturais. Para solucionar este problema, propôs-se uma versão revista da Condição de Naturalidade Forte que representa a restrição mais forte possível à abstração das formas subjacentes. A *Condição de Naturalidade Forte Revista* de Vennemann requer que o léxico contenha uma lista de todas as palavras da língua, representadas foneticamente.<sup>6</sup> As regras da gramática funcionam, assim, na maioria dos casos, como regras de redundância. Na análise que proporei para os dados do português será adotada a Condição de Naturalidade Forte Revista na determinação das representações lexicais<sup>7</sup>.

Uma consequência direta de uma teoria fonológica que incorpora a CNF ou a CNFR é o excesso de informação redundante no léxico. Cf. Hooper (1973:22).

*In this system the lexical entries contain a great deal of redundant information, whereas in TGG some of the redundant information is abstracted out of the lexical forms and stated in phonological rules (...). In NGG the generalizations that may be formulated about the phonological properties of the forms of the language are stated in phonological rules; these rules apply vacuously to lexical forms, and in a generative capacity to derived forms.*<sup>8</sup>

A respeito das regras e de como elas devem ser entendidas na FGN, cf. ainda Hooper (1973: 24-5):

In NGG the emphasis is on seeking the explanation for phonological phenomena, and writing grammars in such a way that the explanation is contained in the description. For this reason a distinction is made between rules which are entirely phonetically motivated, phonological rules, and rules which have some morpho-syntactic motivation, morpho-phonemic rules. TGG failed to make this distinction, and (...) this failure has created many of the problems TGG phonology faces.

These two classes of rules have different characteristics. NGG makes the very strong claim that phonological rules, which are phonetically motivated, are exceptionless (Vennemann 1971a). Because phonological rules are not extrinsically ordered, their phonetic motivation is always observable at the surface phonetic level, and all surface phonetic forms must conform to the constraints expressed in the phonological rules. The phonological rules describe the phonological aspects of a language that are unavoidable: those conditions that must be met in order for an utterance to be, on a phonetic level, a well-formed utterance of that language (...). On the other hand, a morpho-phonemic rule applies to a morphological class or category, changing phonological features, but not in a purely phonetic environment. Morpho-phonemic rules may have exceptions; in fact they usually do. <sup>9</sup>

Na passagem citada, faz-se menção ao fato de que as regras fonológicas não são extrinsecamente ordenadas, em FGN. De fato, uma das propostas teóricas deste modelo é a da aplicação das regras em *Ordem Sequencial Casual*. Uma regra deve ser aplicada sempre que sua descrição estrutural é satisfeita. Já que a FGN não permite a imposição de uma ordenação extrínseca às regras, elas devem ser formuladas de modo a que sejam ordenadas intrinsecamente (i.e., de tal forma que a ordem na aplicação seja *de terminada pelo próprio conteúdo das regras*).

As duas fortes condições que governam as análises em FGN, viz., a Condição de Não Ordenação na aplicação das regras e alguma versão da Condição de Naturalidade de Forte imposta às representações lexicais, são os dois princípios diretamente responsáveis pelo fato de ser este modelo muito menos poderoso do que a FGS.

Antes de concluir esta breve apresentação da FGN, deve-se ainda fazer uma observação importante. Vimos já que a FGN distingue as regras que são foneticamente motivadas (regras fonológicas) daquelas que são condicionadas por propriedades morfo-sintáticas (regras morfofonêmicas). Vimos também que a FGS não estabelece tal distinção. Se compararmos uma análise em FGS com uma análise em FGN, veremos que ambos os modelos representam, de forma muito semelhante, os processos fonológicos de motivação puramente fonética (Abaurre-Gnerre, 1974). A diferença fundamental entre a FGS e a FGN torna-se evidente apenas quando se consideram as alternâncias que não têm condicionamento fonético (i.e., as alternâncias morfofonêmicas). A esse respeito, cf. Hooper (1973:30):

NGG and TGG make essentially the same claims as regards phonetically motivated processes. The difference between the theories lies in the derivation of morphophonemic alternations (...); *the alternations that NGG would describe directly as a function of morphological categories, TGG describes as a result of abstract phonological representations and ordered rules.* 10

A análise abstrata proposta para o plural do português em 2.0. as alternâncias em alguns pares sg./pl. são descritas como o resultado da aplicação de regras extrinsecamente ordenadas a representações fonológicas muito abstratas. Vale a pena enfatizar que tal análise, ao assumir que o plural é indicado simplesmente pelo morfema /s/ na língua, simplifica muito a morfologia. Tal simplificação é, no entanto, obtida às custas da transferência de toda a complexidade para o componente fonológico do português. Os dados, como se pode facilmente depreender de (2), não são, de forma alguma, simples. É evidente que deve haver complicação em algum componente da gramática, no caso dos nomes em  $-\left[\text{əw}\right]$ . É necessário decidir qual dos componentes é responsável pela complexidade, mas é também necessário motivar tal decisão. A FGS, como já se viu, responsabiliza a fonologia, conforme claramente indicado pelas análises abstratas. Proporei, a seguir, uma análise dos mesmos dados, compatíveis com os princípios teóricos da FGN aqui apresentados. Ficará evidente que as alternâncias nos nomes em  $-\left[\text{əw}\right]$  serão descritas, neste modelo, em função das categorias morfológicas.

A FGS e a FGN, ao proporem soluções radicalmente diferentes para o pro

blema do português e ao assumirem que a complexidade dos dados é função de componentes diversos da gramática, estão implicitamente fazendo afirmações conflitantes a respeito da competência dos falantes nativos da língua. Proponho-me aqui comparar e avaliar as duas análises, bem como discutir suas afirmações implícitas, depois de apresentar, na próxima seção, a análise em FGN.

### 3.1. Ditongos nasais nos pares sg./pl.: uma análise concreta em FGN

De acordo com a condição de Naturalidade Forte Revista, a FGN requer que todas as palavras sejam representadas foneticamente no léxico. No caso dos pares apresentados em (1) e (2), portanto, tanto a forma representativa do singular como a do plural são listadas no léxico.<sup>11</sup> Observe-se que isto não implica perda de generalizações lingüísticamente significativas, uma vez que as regras fonológicas, quando formuladas, explicitarão todas as redundâncias. No caso dos nomes em (1) e (2), e.g., uma regra que se aplica a todas as palavras é a regra de nasalização, como se segue:

#### (7) Nasalização

$$[- \text{cons}] \longrightarrow [+ \text{nasal}] \quad / \quad [+ \text{nasal}]^{12}$$

O fato das vogais e glides nasalizados serem representados no léxico não significa necessariamente que tais segmentos sejam "fonêmicos" em português. De fato, é exatamente a existência de uma regra fonológica como (7) na gramática que indica a predictabilidade desses segmentos na língua.

Não me ocuparei aqui de outras regras fonológicas, já que não são relevantes para os aspectos que me propus discutir neste trabalho. Deste momento em diante concentrar-me-ei basicamente na maneira pela qual a noção gramatical de plural se exprime nos nomes em  $[-\text{ãw}]$  em português.

Se assumirmos que todas as palavras, em suas formas do singular e do plural, devem ser representadas foneticamente no léxico, deveremos decidir que regras dão conta da formação do plural e, por outro lado, quais as regras responsáveis pela alternância na vogal e/ou glide em casos como (1) (a) e (b) e (2) (a) e (b). Será também necessário marcar pelo menos duas das três categorias morfológicas com diacríticos, no léxico, para que as regras possam ser formuladas de maneira a dar conta, de forma adequada, das alternâncias, nos ambientes precisos (o caso produtivo, como se verá, será o não marcado).

Uma vez categorizados no léxico como sujeitos à aplicação de certas regras, os nomes em  $[-\text{ãw}]$  deverão ser memorizados pelo falante como pertencentes a uma das classes, para que se produza o plural correto. Uma observação importante é que, com respeito a esses nomes, o padrão produtivo sg./pl. é  $[\text{ãw}] / [\text{õys}]$ . Isto significa que, dada qualquer nova palavra terminada em  $[-\text{ãw}]$ , seu plural será automaticamente listado no léxico com a terminação  $[-\text{õys}]$ . Cf., e.g., nomes introduzidos recentemente no portu

guês, como:

(8)	sg.		pl.	
	[aviãw̃]		[aviõys]	'avião'

Considerando-se que a regra que atribui conteúdo fonológico ao morfema de plural em português é:

$$(9) \text{ P1} \longrightarrow /s/ \ / + \text{_____} \neq \left. \begin{array}{l} \text{N} \\ \text{Adj.} \end{array} \right\} 13$$

indaga-se, a esta altura, por que o padrão produtivo de plural para os nomes em  $[-\text{ãw̃}]$  é o representado em (1) (a) e (2) (a) e não, digamos, o padrão de (1) (c) e (2) (c). O último, de fato, constitui-se na possibilidade mais simples para a formação do plural, uma vez que o morfema de plural /s/ é aí acrescentado aos nomes sem ulteriores anter nâncias fonológicas. Com efeito, o padrão produtivo  $[\text{ãw̃}] / [\text{õys}]$ , representado por (1) (a) e (2) (a), constitui-se na mais complexa das três possibilidades, já que apresenta alternância de vogal e de glide acompanhando acréscimo de /s/, enquanto que em (1) (b) e (2) (b) ocorre apenas alternância de glide, e em (1) (c) e (2) (c) nenhuma alternância acompanha o processo de formação de plural. Seria desejável poder explicar a escolha, por parte do falante, da mais complexa dessas três possibilidades de plural como padrão produtivo. Note-se que a FGS não pode fornecer nenhuma explicação interna à gramática para tal fato, porque não faz mais do que postular formas básicas subjacentes com /one/ no singular para aqueles nomes que têm  $[\text{õys}]$  no plural, dando conta das representações fonéticas superficiais por meio de regras extrinsecamente ordenadas. Além disso, já que os nomes de outras classes têm também formas subjacentes abstratas que diferem das ocorrências superficiais tanto no singular como no plural, o problema da complexidade maior em uma das classes nem se coloca. Todas as formas subjacentes resultam mais ou menos igualmente complexas em relação às formas superficiais. Na FGS o padrão produtivo  $[\text{ãw̃}] / [\text{õys}]$  não é, portanto, obviamente mais complexo do que os outros dois padrões possíveis. Tal complexidade, por outro lado, torna-se evidente na análise da FGN que, exatamente por ser um modelo teórico menos poderoso, não permite representações fonológicas tão abstratas como as propostas pela FGS para os nomes em  $[-\text{ãw̃}]$ . Em outras palavras, a FGN não permite complexidade desnecessária na análise, e um padrão como  $[\text{ãw̃}] / [\text{ãws}]$  aparecerá naturalmente como o mais simples, quando comparado a  $[\text{ãw̃}] / [\text{õys}]$  e a  $[\text{õw̃}] / [\text{õys}]$ . Mas o que se poderia dizer a respeito da maior simplicidade ou complexidade de um padrão produtivo de formação de plural se se permitissem representações lexicais como /one/-/one+s/, /ane/-/ane+s/, /ano/-/ano+s/, conforme proposto pela FGS para (1) (a), (b) e (c) e para (2) (a), (b) e (c)? Na FGS, o fato de que  $[\text{ãw̃}] / [\text{õys}]$  é o padrão produtivo só pode ser constatado pela testagem em pírica (inventando, por exemplo, palavras em  $[-\text{ãw̃}]$  para que os falantes formem o plural,

ou observando a pluralização de novas palavras em  $-\left[\tilde{a}w\right]$  introduzidas eventualmente na língua). No entanto, nenhuma explicação interna pode ser dada para o fato de ser este o padrão produtivo, e principalmente para o fato de o padrão produtivo ser justamente o mais complexo. Como já se disse anteriormente, o problema da complexidade não chega nem a ser levantado, na FGS, com relação a esses plurais. A FGN, por outro lado, além de permitir que a complexidade se torne aparente, fornece ainda uma pista para a motivação que pode determinar a escolha do padrão mais complexo como produtivo. A hipótese, neste caso particular, é de que o falante procura atribuir significação gramatical a processos de origem puramente fonológica, i.e., de que ele faz o possível para tornar significativas as alternâncias morfofonêmicas, sem motivação fonética. Retornarei mais adiante a esta hipótese, que será discutida mais extensivamente depois da apresentação da análise da FGN para os dados.

Historicamente, o padrão para as palavras em (1) é o seguinte :

(10)	sg.	pl.
	* sermone	* sermones
	* pane	* panes
	* irmano	* irmanos

Estas formas do proto-português, depois de terem passado pelas mudanças fonéticas regulares, evoluíram para as formas modernas com os ditongos nasais no singular e no plural. Em uma análise histórica, devemos postular formas básicas como aquelas em (10) para explicar o desenvolvimento dos ditongos nasais. Fazer o mesmo em uma gramática sincrônica, no entanto, tem outras implicações que podem ser problemáticas, se quisermos continuar afirmando que as formas subjacentes não são uma cópia das formas básicas atestadas historicamente. Incorporar um grau semelhante de abstração nas formas subjacentes de uma análise sincrônica do português implica que o falante nativo desta língua possui essas formas estocadas como parte de sua competência linguística, e que, por meio de um conjunto de regras extrinsecamente ordenadas, ele é capaz de derivar as formas superficiais dos nomes em (1) e (2). Uma interpretação mentalista como esta me parece, aliás, a única interpretação honesta que podemos dar à FGS e às afirmações que as análises em FGS implicitamente fazem sobre os dados do português em consideração. A FGS deve, portanto, fornecer evidência empírica para a realidade psicológica que atribuí a formas subjacentes abstratas como aquelas em (3). Não posso imaginar nenhuma evidência convincente que suporte as formas abstratas propostas pela FGS para os nomes em  $-\left[\tilde{a}w\right]$ . Na verdade, é bem mais simples pensar em argumentos fortes contra a proposta de /sermone/ - /sermone+s/, /pane/-/pane+s/ e /irmano/-/irmano+s/ como formas subjacentes para as representações superficiais em (1) em uma gramática sincrônica do português. Recorde-se que, na seção 2.0, ao apresentar uma análise abstrata em FGS para os dados, mencionei o fato de que um argumento comumente usado a favor da 'motivação independente' de formas abstratas como (3) em uma gramática sincrônica do portu

guês é o da relação semântica estabelecida pelos falantes entre formas como as de (4) (aqui repetidas por conveniência):

- (4) (a) [sexmōnāriʊ] 'sermonário'  
 (b) [pānifikāx] 'panificar'  
 (c) [ixmānādus] 'irmãados'

e as de (1), sendo que em (4) se tem, indubitavelmente, a nasal /n/ nas representações subjacentes. Com base neste fato, argumenta-se, as formas subjacentes dos itens em (1) têm também um segmento nasal independentemente motivado, o qual é posteriormente apagado por regra (uma regra que deverá apagar o /n/ nos itens do tipo (1), apenas, mas não nos de tipo (4)). Tal 'malabarismo' requer uma estratificação do léxico de forma a fazer com que regras como *apagamento de -n* se apliquem a um certo estrato, apenas). Considera-se, no entanto, a seguinte informação histórica: as palavras em (4) são representativas de um estoque de empréstimos latinos que foram introduzidos no português de *pois* que as regras históricas que derivaram os ditongos nasais dos etimos historicamente justificados em (10) se aplicaram. Em vista disso, a pergunta imediata (e importante) a ser feita é: se tivéssemos que escrever uma gramática sincrônica para o estágio do português que precedeu imediatamente aquele em que palavras eruditas como aquelas em (4) começaram a ser emprestadas do latim (ou cunhadas segundo o modelo latino), estando já os ditongos nasais presentes na língua, quais seriam as formas subjacentes para as palavras em (1)? Não poderíamos, certamente, justificar a presença da nasal nessas formas com base em itens que ainda estavam por ser emprestados ou cunhados! Devemos abrir mão, então, das formas subjacentes com segmentos nasais apenas para as análises sincrônicas de estágios que precederam a entrada de palavras com a nasal nas formas superficiais, mantendo-as, por outro lado, nas análises sincrônicas de estágios seguintes? Tal decisão me pareceria extremamente arbitrária; seria preferível desistir de postular formas abstratas com o /n/ para todos os estágios sincrônicos onde tal segmento não ocorre na superfície.

Voltando à FGN, ela tem que levar em conta, de qualquer maneira, as formas em (10), por motivos de ordem histórica, i.e., para a elaboração de uma gramática histórica do português. Portanto, em um estudo diacrônico da língua, os fatos serão tratados de forma adequada, uma vez que as alternâncias que vimos considerando pertencem à gramática diacrônica e devem aí ser explicados. Não há necessidade de incorporar outra explicação para os mesmos fatos em uma gramática sincrônica do português, onde a situação é, sem dúvida, um pouco 'caótica' com relação ao plural dos nomes em - [əw̃]. Assim, em uma descrição sincrônica, a FGN parte da consideração das formas como ocorrem foneticamente, postulando as regras fonológicas transparentes a partir dessas formas superficiais, bem como as regras morfofonêmicas que dão conta das alternâncias. A diferença relevante entre os dois modelos teóricos, a esta altura, é que, enquanto a FGS procura explicar as alternâncias tanto na gramática diacrônica como na sincrônica,

a FGN sustenta que as regras que *explicam* as alternâncias de vogal e glide pertencem apenas à gramática diacrônica, sendo função das regras da gramática sincrônica a *descricção dos fatos*, apenas, conforme ocorrem no estágio atual da língua. Em outras palavras, a FGN descreve os fatos que são inteiramente motivados foneticamente por meio de *regras fonológicas*, e aqueles, como as alternâncias de vogal e glide, que têm, em um estágio sincrônico, algum tipo de condicionamento arbitrário, morfo-sintático, por meio de *regras morfofonêmicas*. Afirma-se, assim, que a *explicação* para o fato de que pode haver alternância de glide e/ou vogal nas formas do singular e do plural de *alguns* dos nomes em - [ãw̄] em português pode ser encontrada *apenas em uma gramática histórica da língua*, e nunca em uma gramática sincrônica, que deve, pelo tipo de regras que propõe, evidenciar o fato de as formas alternantes terem já sofrido um processo de morfologização.

Concentremo-nos agora na análise da FGN propriamente dita. O primeiro fato previsível a ser tratado numa análise sincrônica do português já foi mencionado: a forma do morfema de plural. A regra morfológica (9), como anteriormente formulada, dá conta do conteúdo fonológico desse morfema. Repito aqui sua formulação:

$$(9) \quad p1 \longrightarrow /s/ + \text{ — } \neq \left. \begin{array}{l} N \\ \text{Adj.} \end{array} \right\}$$

Teremos também que dizer que a alternância da vogal e/ou glide em (1) (a) e (b) e em (2) (a) e (b) é de certa forma previsível. A FGN dá conta desta predictabilidade da seguinte maneira: considere-se inicialmente que há duas classes de nomes em - [ãw̄] marcados no léxico com um diacrítico (e *temos* que usar algum diacrítico para identificar as classes, no caso, visto que, como já mencionei, os falantes nativos de português têm que *memorizar* esses plurais na escola. Cf. as listas normativas em (2), tiradas de uma gramática normativa).

Se os falantes tivessem de fato as formas subjacentes abstratas em suas cabeças, para todos os nomes, como proposto pela FGS, como se poderia dar conta da indiscutível evidência de que eles têm que *aprender* cada um desses plurais, de uma forma ou de outra? Eles não deveriam ocorrer naturalmente, dadas as formas subjacentes, e uma vez aprendidas as regras? Isto me parece evidência empírica suficiente contra a existência de tais formas subjacentes abstratas, e a favor da afirmação feita pela FGN segundo a qual a alternância de vogal e/ou glide que acompanha a maioria dos casos de formação de plural dos nomes em - [ãw̄] é um processo que se tornou morfologizado em português, obedecendo, em termos sincrônicos, a uma categorização lexical arbitrária.

Retomemos a discussão dos diacríticos a serem usados na formulação das regras morfofonêmicas responsáveis pelas alternâncias que acompanham a formação de plural. Observe-se que nenhuma alternância acompanha a formação de plural em nomes como (1) (c) e (2) (c). Devemos, no entanto, marcar tais nomes no léxico com um diacrítico, para evitar que eles sofram alternâncias de vogal e/ou glide. Além disso, tais nomes

constituem uma classe finita e não muito numerosa, sendo portanto mais econômico atribuir a eles, e não aos membros da classe produtiva, um diacrítico. Parece fora de discussão que a classe produtiva é a que não deve vir acompanhada de diacrítico no léxico. Assumamos então que todos os nomes do tipo (c) ( [əw̃] / [əw̃s] ), uma classe muito restrita, são marcados no léxico com o diacrítico [I] (mnemônico para 'invariante'). A segunda classe de nomes a receber diacrítico é a classe que sofre apenas alternância de glide no plural, além do regular acréscimo de /s/. Essa classe é constituída dos nomes tipo (b) ( [əw̃] / [əw̃s] ), e será marcada com o diacrítico [A] (mnemônico para 'alternante'). A terceira classe, mais numerosa e apresentando a alternância produtiva de vogal e glide, é constituída dos nomes do tipo (a) ( [əw̃] / [əw̃s] ), e, conforme discutido anteriormente, não é marcada com diacrítico algum no léxico.

Uma vez estabelecidas as marcas diacríticas de alguns nomes em [əw̃] no léxico e as duas alternâncias morfofonêmicas possíveis, w̃/ỹ e ə/ō, podemos propor as duas regras morfofonêmicas seguintes para a gramática do português:

(11)

(i) Alternância de glide

$$\begin{bmatrix} - \text{ cons} \\ - \text{ voc} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} - \text{ post} \end{bmatrix} / \text{V} \longrightarrow + \text{ plural} \quad 14$$

(ii) Alternância de vogal nasalizada

$$\begin{bmatrix} \text{V} \\ + \text{ nasal} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} + \text{ arred} \end{bmatrix} / \text{---} \begin{bmatrix} - \text{ cons} \\ - \text{ voc} \\ - \text{ post} \end{bmatrix} + \text{ plural}$$

As regras (11) (i) e (ii) aplicam-se em ordem seqüencial casual, i.e., sempre que se satisfaz a sua descrição estrutural. A gramática deverá conter ainda as seguintes afirmações, relativas ao léxico, que tornam certos itens exceções com relação às regras que acabamos de formular:

- (12) (a) Os nomes [I] são [- regra (11-i)]  
 (b) Os nomes [A] são [- regra (11-ii)]

Os itens lexicais que não se constituem em exceções às regras são, portanto, aqueles que sofrem ambas as alternâncias, i.e., representam o padrão produtivo para a formação do plural dos nomes em [əw̃]. Observe-se que as duas regras em (11) são intrinsecamente ordenadas e que portanto, somente depois da aplicação de (11-i) nos casos produtivos, satisfazem-se as condições ambientais para a aplicação de (11-ii).

Dado o tipo de representação lexical proposta pela FGN, com as palavras listadas foneticamente no dicionário (de acordo com a CNFR), a regra geral de formação



do plural (9), as regras morfofonêmicas (11-i e 11-ii) e as afirmações (12-a e 12-b), podemos dar conta de todas as três possibilidades de formação de plural nos nomes em [õw] em uma gramática sincrônica do português. Na seção seguinte comentarei a plausibilidade da análise dos dados segundo a FGN, e procurarei apresentar outras razões pelas quais ela deveria ser preferida com relação a uma análise em FGS. Há, no entanto, um outro fato que não pode ser ignorado pela análise concreta. Dedicarei o final desta seção a sua consideração.

Nas páginas anteriores argumentei contra a conveniência de se considerar que o fato de existirem formas como (4) no português moderno,

- |     |     |              |              |
|-----|-----|--------------|--------------|
| (4) | (a) | [sexmõnãriʋ] | 'sermonário' |
|     | (b) | [pãnifikãx]  | 'panificar'  |
|     | (c) | [ismãnãdʋs]  | 'irmanados'  |

sentidas pelos falantes nativos como semanticamente relacionadas às formas em (1).

- |     |     |          |                    |
|-----|-----|----------|--------------------|
| (1) |     |          |                    |
|     | (a) | [sexmõw] | [sexmõys] 'sermão' |
|     | (b) | [põw]    | [põys] 'pão'       |
|     | (c) | [ixmõw]  | [ixmõws] 'irmão'   |

constitui evidência para a proposta de formas subjacentes com um segmento nasal abstrato /n/ para as últimas, com base na relação semântica. Penso ter apresentado, então, evidência convincente contra a aparente 'motivação independente' de tais formas subjacentes. No entanto, o fato de os falantes relacionarem as formas em (1) e (4) no português moderno, não pode não ser levado em conta em uma gramática sincrônica da língua. Em uma análise em FGN, essa relação é considerada uma relação *lexical*, no sentido de que não é uma relação fonológica foneticamente motivada ou morfologicamente condicionada, mais sim uma relação fonológica entre entradas lexicais semanticamente relacionadas. Assumindo, então, que alguns falantes estabelecem de fato uma relação fonológica entre, digamos, *irmão* - [ixmõw] - e *irmanados* - [ixmãnãdʋs], este fato pode ser expresso em uma FGN como uma relação lexical entre os dois itens no léxico desses falantes (mas não necessariamente no léxico de todos os falantes de português, uma vez que alguns falantes podem não se dar conta da relação e outros ainda podem nem possuir ambas as formas em seus léxicos). Não é, portanto, necessário, fazer a afirmação forte de que uma forma é sincronicamente *derivada* da outra. Uma relação deste tipo é formalmente expressa em FGN por meio de uma relação lexical denominada *via-rule* (cf. Vennemann, 1972d, e também o artigo de Possenti, (1979). Partindo, então, do pressuposto de que tanto *irmão* como *irmanados* aparecem no léxico em suas formas fonéticas [ixmõw] e [ixmãnãdʋs], ambas as entradas conterão também uma afirmação que estabelece o seu

relacionamento 'via' uma regra mais ou menos do tipo:

(13)  $n \longleftrightarrow \tilde{w}$

É possível que alguns falantes relacionem as formas *irmão* e *irmã*, mas que não relacionem outros pares que tenham como um de seus membros uma palavra mais erudita como, e.g., *mão* -  $[\tilde{m}\tilde{w}]$  e *manipular* -  $[\tilde{m}\tilde{a}\tilde{n}\tilde{i}\tilde{p}\tilde{u}\tilde{l}\tilde{a}\tilde{x}]$ . Neste caso eles não terão este par relacionado 'via regra (13)' em suas gramáticas. É possível imaginar ainda que alguns falantes, por razões sociolinguísticas que não serão aqui consideradas, simplesmente não possuem a *via-rule* (13). Isto significaria que eles não reconhecem a relação fonológica lexical expressa como  $n \longleftrightarrow \tilde{w}$ .

Estamos agora em condições de distinguir os três tipos de relações fonológicas reconhecidas pela FGN. Estes tipos são caracterizados como se segue por Hooper (1973: 30):

... NGG limits abstractness by distinguishing between various types of phonological relations: the phonetically motivated relation (expressed by phonological rules), the morphologically conditioned relation (expressed by morphophonemic rules), and the lexical relation (expressed by *via-rules*). *Via-rules* differ from the other two types in that an individual speaker may or may not recognize the relation between forms expressed by a *via-rule*, but it will not in any way affect his ability to produce well-formed utterances in the language. On the other hand, failure to internalize a phonological or morphophonemic rule would cause the speakers to produce unacceptable utterances.<sup>15</sup>

Tendo apresentado a análise da FGN para os dados dos nomes em  $[\tilde{a}\tilde{w}]$  em português, prosseguirei com os comentários a respeito das suposições implícitas da FGS e da FGN a respeito da competência nativa dos falantes de português nesta área particular da gramática.

#### 4. ULTERIORES COMENTÁRIOS SOBRE AS ANÁLISES EM FGS E FGN

O fato de que os falantes nativos têm que memorizar o plural dos nomes em  $[\tilde{a}\tilde{w}]$  fornece evidência forte de que a formação do plural em tais nomes é um problema morfológico complexo. Acho, portanto, que uma solução morfológicamente simples como a proposta pela FGS, com toda a complexidade tratada na fonologia, não explica a competência do falante nativo de português nesta área particular da formação do plural. Em outras palavras, há evidências, justamente, de que o falante nativo tem consciência da complexidade morfológica, não sendo de maneira alguma tarefa simples, para ele, formar o plural dos nomes em  $[\tilde{a}\tilde{w}]$ .<sup>16</sup> Outro argumento que quero apresentar a favor da complexidade morfológica é o fato de um número significativo de nomes em  $[\tilde{a}\tilde{w}]$  permitir dois, e

às vezes três plurais (cf. (2), observação nº 3, e a lista que se segue de casos que permitem mais de um plural). Estes nomes apresentam um ou dois plurais "extra", agora aceitos como corretos pelos gramáticos normativos. A questão óbvia que se levanta, a este ponto, é a seguinte: por que estes, e não todos os outros nomes em-[āw], admitem mais de um plural? A resposta parece também bastante óbvia. Os nomes que agora admitem mais de um plural devem ter se constituído, em estágios anteriores da língua, em fonte de erros frequentes no plural. Os erros devem ter ocorrido com tanta frequência que começaram a ser considerados possibilidades alternativas para o plural, sendo finalmente incorporados pelas gramáticas normativas. O que a existência de formas alternativas indica é que deve ter havido dúvida por parte dos falantes que não sabiam as regras morfológicas que dão conta da formação do plural nas várias classes. É importante observar que o padrão produtivo é sempre introduzido quando se admite mais de um plural, mesmo no caso de duas formas alternativas. Isto poderia talvez ser interpretado como uma tentativa de regularização por parte do falante - ou de alguns falantes - já que o padrão produtivo é sentido como mais regular do que os outros, os quais, como já se viu, são marcados diacriticamente no léxico. No estágio atual do português, as gramáticas normativas prescrevem o plural "correto" através de longas listas de nomes representativos de cada padrão, como em (2). É necessário, porém, acrescentar como "excepcional" a lista dos nomes com mais de um plural possível. A FGN, em um caso assim, prevê que a lista de "exceções" tenderá a aumentar à medida que os falantes vão esquecendo as marcas lexicais e se confundem com relação ao plural "correto" em cada caso. Pode ser que em um estágio futuro do português o plural produtivo [āw] / [ōys] ganhe dos outros dois na vasta maioria dos casos, permanecendo como "fossilizados" os plurais dos nomes cuja frequência de ocorrência é tão alta que qualquer modificação seria logo sentida como estranha e, conseqüentemente, bloqueada (e.g., [pāw] / [pāys], pão. Acho que não há possibilidade de o plural deste nome mudar para [pōys] no futuro. Uma mudança do que atualmente se prescreve como [kapitāw] / [kapitāys], capitão, para o padrão produtivo [kapitāw] / [kapitōys], não seria, no entanto, tão surpreendente. Este é, de fato, um erro comum no português atual, especialmente entre crianças). Infelizmente, os linguistas terão que esperar um tempo considerável antes que se possam testar essas previsões interessantes...

Deveria estar suficientemente claro, a esta altura, que a FGN, no caso dos nomes que vimos considerando, assume que é a morfologia a responsável por toda a complexidade, e que a análise deve portanto refletir este fato. É importante notar que tanto a FGN como a FGS permitem a elaboração de gramáticas observacionalmente adequadas para a língua, no caso, já que ambos os modelos podem dar conta dos dados. As hipóteses que fazem com relação à competência dos falantes nativos nesta área da gramática variam, entretanto. A FGS, atribuindo a complicação à fonologia, traz implícita a hipótese de que o falante possui, estocadas, as formas subjacentes que o levam a produzir o plural correto. A realidade psicológica destas formas subjacentes particulares é, no entanto, discutível, como já vimos. A FGN, ao tratar a complexidade como morfológica, sustenta que o falante tem que aprender as classes e seus membros se quer produzir as

formas de plural esperadas. Tal abordagem leva a uma explicação muito mais natural do fato de ocorrerem tantos erros com relação ao plural dos nomes em-[əw̃] em português : assume-se, simplesmente, que quando o falante faz um "erro", ele não obedeceu à classificação prevista do nome, tendo-o classificado a sua maneira. Em FGS, por outro lado, não parece possível dar uma explicação natural para a ocorrência freqüente de erros nesta área da gramática, uma vez que não se propõem classes arbitrárias e, dadas as formas subjacentes abstratas em (3), esperar-se-ia que as formas superficiais prescrites ocorressem naturalmente. O problema é, então, decidir qual modelo se aproxima mais do grau mais alto de adequação, o *explicativo*. No caso do português, o modelo que tem maior valor explicativo é o que apresenta evidência empírica convincente para atribuir a complicação a uma área particular da gramática e não a qualquer outra. Se se consegue demonstrar que um modelo teórico explica um maior número de fatos, ele deve, em princípio, ser preferível aos demais. Acho que, no caso do plural dos nomes em-[əw̃] em português, apresentei suficiente evidência para demonstrar que a FGN *explica* os fatos melhor do que a FGS, devendo, portanto, ser preferida, caso haja interesse em explicar dados relativos à aquisição dessas formas, direção da mudança lingüística e fatos semelhanças.

Voltemos agora ao problema da escolha do padrão produtivo pelos falantes nativos, já mencionado na seção 3.1.. O aspecto interessante da escolha de [əw̃] / [oys] é, conforme indiquei, que é este o padrão com o mais alto grau de complexidade entre os três possíveis. Poder-se-ia indagar por que o falante escolhe tal padrão e não o mais simples, [əw̃] / [əws], para fazer o plural das novas palavras em-[əw̃]. Uma possibilidade de explicação é que, já que esta alternância está presente na língua de qualquer maneira, devendo o falante aprendê-la para dar conta de alguns casos de formação de plural (os quais, como os demais, refletem processos históricos), ele passa então a atribuir significação *gramatical* à alternância da vogal e do glide, estabelecendo que tal alternância deve acompanhar todos os novos casos de formação de plural de nomes em-[əw̃]. Em muitos casos ele chega a reanalisar casos já existentes na língua, tornando-os conformes ao padrão complexo *alternância de vogal e glide mais morfema de plural /s/*, produzindo assim "erros". Isto poderia significar que dentre os três, é este o padrão sentido como o mais indicativo do plural das palavras em-[əw̃] na língua, sendo a alternância de vogal e glide utilizada como algum tipo de "reforço" da noção de plural já expressa pelo morfema /s/.

Para que a explicação que apontamos como plausível seja aceita é necessário, no entanto, encontrarmos outros casos em que o falante nativo prefere uma maneira mais complicada fonologicamente de expressar uma noção gramatical, estando disponível uma alternativa mais simples. A esse respeito, penso poder apontar evidência para minha hipótese a partir da consideração de dados do meu dialeto do português (cf. nota 1). Os dados que apresentarei a seguir são também representativos da formação de plural, porém em outra classe de nomes. Considerem-se os dois conjuntos de dados:

	sg.	pl.	
(14)	I. [ʒoxnāw]	[ʒoxnāys]	'jornal'
	[papēw]	[papēys]	'papel'
	II. [degrāw]	[degrāws]	'degrau'
	[ʃapēw]	[ʃapēws]	'chapéu'

Em termos sincrônicos, deve haver uma classificação arbitrária dos mes em [āw] e [ēw] como sendo do tipo I ou II. Observe-se que uma alternância de glide ([w] / [y]) acompanha o plural dos nomes da classe I, e que pode-se perfeitamente dar conta de tal alternância pela regra morfofonêmica. (11-i). Os nomes da classe II, por outro lado, que constituem o caso fonologicamente menos complexo, com o plural formado apenas por acréscimo de /s/, são marcados no léxico com o diacrítico [I], o mes mo que caracteriza os nomes do tipo [ōw̄] / [ōws̄]. Isto significa que eles são também excepcionais com relação à regra morfofonêmica (11-i), conforme indicado em (12-a), e que portanto não sofrem alternância de glide no plural. Historicamente, conhecemos o motivo da existência das duas classes em (14), com plurais diferentes. O fato é que as palavras em (14-I) já terminaram em uma líquida (fato que a ortografia reflete ainda, já que escrevemos *jornal* e *papel*, respectivamente). O plural moderno é, então, o resultado de processos fonológicos diacrônicos que se aplicaram regularmente a essas formas, como se segue:

(15)	sg.	17
	ale>al>aw	
	ɛle>ɛl>ɛw	
	pl.	
	ales>aes>ays	
	ɛles>ees>eys	

Depois da mudança da lateral para glide neste dialeto, as terminações do singular se tornaram homófonas com as das palavras em (14-II), cujo glide tem sua origem histórica na vogal [o], após apócope da consoante precedente (e.g., *ado>ao>aw-* em todos os dialetos). Mais uma vez a análise histórica oferece uma explicação clara para o fato, mostrando que a distinção de classe para a formação do plural não é arbitrária, em termos históricos. Ao escrever uma gramática sincrônica, no entanto, devemos nos limitar à consideração de fatos sincrônicos. É neste sentido que a classificação dos nomes em (14) em tipo I e tipo II, para efeito de formação de plural, parece totalmente arbitrária para o dialeto em consideração.<sup>18</sup>

Podemos, neste ponto, acrescentar alguns dados interessantes relativos

aos nomes em (14). Neste dialeto é muito comum encontrar falantes que não têm a distinção de classes refletida em (14), formando o plural dos nomes em [āw] e [ēw] de uma só maneira. O fato mais interessante a respeito desses falantes é que eles escolhem exatamente o padrão mais complexo,  $\left[ \begin{matrix} \bar{a} \\ \bar{e} \end{matrix} \right] w$  /  $\left[ \begin{matrix} \bar{a} \\ \bar{e} \end{matrix} \right] ys$ , com alternância de glide, e não o padrão mais simples de (14-II), com acréscimo de /s/ apenas. Eles possuem, portanto, os plurais [degrāys] e [šapēys], exatamente como em [zoxnāys] e [papēys]. Parece claro que esses falantes estão fazendo uma analogia na mesma direção, o que não é de forma alguma surpreendente. O que é interessante, aqui, é a *direção da analogia*. Seria de se esperar, talvez, que o processo analógico procedesse na direção do caso fonologicamente mais simples. Esperaríamos, isto é, que os falantes produzissem [zoxnāws] e [papēws] por analogia com [degrāws] e [šapēws], já que isso significaria simplificar o processo de formação de plural, reduzindo-o a acréscimo de /s/, apenas, em todos os casos, e eliminado assim a complexidade fonológica que resulta da aplicação da regra morfofonêmica (11-i) aos nomes do tipo (14-I). No entanto, para esses falantes, a analogia vai exatamente na direção contrária, expandindo o domínio da regra morfofonêmica (11-i) para os nomes em (14-II) também. De acordo com a análise em FGN proposta para os dados, com regras morfofonêmicas e traços de exceção, o que os falantes estão de fato fazendo, ao deixar que a regra morfofonêmica (11-i) se aplique a todos os nomes em [āw] e [ēw], é reduzir o número de itens marcados no léxico com o diacrítico [I], o que sem dúvida traz grande economia para a gramática. A extensão da aplicação da regra morfofonêmica (11-i), para esses falantes, pode também ser interpretada como uma generalização do processo de morfologização que afeta as alternâncias fonológicas em consideração neste trabalho. Mais uma vez, a FGS não tem condições de explicar por que alguns falantes reestruturaram suas gramáticas na direção apontada, no caso dos nomes em [āw] e [ēw]. A única afirmação ao alcance da FGS é a de que esses falantes, por algum motivo, têm formas subjacentes diferentes para os nomes em (14-II). Mas a FGS não pode fornecer nenhuma explicação baseada em fatores gramaticais, internos, para a motivação determinante da mudança das formas subjacentes por parte dos falantes.

Esta reinterpretação dos fenômenos morfológicos fortalece a hipótese esboçada neste trabalho segundo a qual, dadas duas possibilidades de interpretação de um mesmo problema morfológico na língua, o falante pode muito bem escolher a mais complexa, envolvendo uma alternância morfofonêmica. O caso discutido aqui pode ser mais um exemplo do esforço do falante para atribuir alguma significação gramatical às alternâncias morfofonêmicas, isto é, um exemplo suplementar de um processo de morfologização. Esta explicação me parece plausível para os falantes de português que escolhem o padrão mais complexo [āw] / [ōys], e para os falantes do dialeto capixaba que escolhem o também mais complexo padrão  $\left[ \begin{matrix} \bar{a} \\ \bar{e} \end{matrix} \right] w$  /  $\left[ \begin{matrix} \bar{a} \\ \bar{e} \end{matrix} \right] ys$ . É necessário, naturalmente, buscar outros casos de reestruturação na direção de uma maior complexidade morfológica, se se quer argumentar de maneira convincente em favor dessa hipótese.<sup>19</sup>

## 5. CONCLUSÃO

Considerando tudo que se discutiu nas seções precedentes, é possível chegar às seguintes conclusões: adotar um modelo teórico como a FGN, que não admite representações fonológicas abstratas, força-nos à consideração de certos fatos como casos de complexidade morfológica e não fonológica, possibilitando, assim, que se formule uma hipótese plausível para explicar porque o falante nativo geralmente escolhe o modo mais complexo de expressar uma noção morfológica, caso mais de uma possibilidade historicamente determinada exista na língua. Se, por outro lado, escolhermos trabalhar com um modelo teórico que incentiva a abstração nas representações fonológicas, tal como a FGS, ao nos depararmos com um problema como o da formação do plural em português, podemos sempre encontrar um modo de resolvê-lo postulando conjuntos diferentes de formas subjacentes e um conjunto de regras extrinsecamente ordenadas que dão conta das representações superficiais. No entanto, ao transferir toda a complexidade para a fonologia da língua, corremos o risco de simplificar demasiadamente certos fatos morfológicos significativos. A análise proposta pela FGS para os dados que consideramos neste trabalho pode parecer mais atraente aos defensores da abstração devido à sua elegância, e exatamente por causa da simplificação morfológica que a FGN considera tão discutível. A FGS é também adequada do ponto de vista da observação, uma vez que consegue dar conta dos dados. A FGS não nos permite, no entanto, chegar a uma hipótese interna à gramática que nos permita explicar porque um dos padrões é tomado como produtivo, e porque — mais importante ainda — a produtividade pode estar relacionada, em alguns casos, à complexidade. A FGS não parece possuir, portanto, muito valor explicativo no caso em questão. A FGN, por outro lado, no permite chegar a uma hipótese plausível para os fatos considerados, sendo, neste sentido, mais adequada do que a FGS. Refletindo um pouco, concluímos facilmente que a possibilidade de postular tal hipótese para o português resulta exatamente do fato de a FGN ser um modelo teórico muito menos poderoso, que não admite a abstração infundada. Como consequência, temos quase sempre soluções únicas para conjuntos de dados específicos. Nos casos de formação de plural no português do Brasil discutidos neste trabalho a única análise possível em FGN indica que a complexidade reside no componente morfológico da língua. Penso ter apresentado evidência empírica suficiente para a hipótese de que é exatamente *alí* que ela reside.

Poder-se-ia ainda argumentar, no entanto, que a evidência aqui apresentada não é convincente, e que, uma vez que a FGS também dá conta dos dados, ela deveria ser preferida à FGN por oferecer uma solução mais "simples" e mais "interessante". A esse respeito deve-se notar, primeiramente, que o grau de "interesse" de uma análise particular não deveria ser tão valorizado, se se busca, acima de tudo, uma explicação para os dados. Isto é, é perfeitamente possível adotar uma teoria que permite análises muito "interessantes", que são, no entanto, desprovidas de qualquer valor explicativo. Por outro lado, é verdade que um outro modelo teórico pode levar a uma análise "desinteressante" que fornece explicação empiricamente adequada para os dados. Em segundo lugar, o critério da simplicidade, como até agora formulado, não é um conceito muito clara

Leite (1974), trabalhando com um corpus mais extenso (incluindo dados representativos de todos os casos de formação de plural em português), argumenta também a favor de uma análise mais concreta do plural na língua.

1. Os dados aqui apresentados são representativos (com relação às características fonológicas) da variedade de português falada em Vitória, E.S., e provavelmente em outras regiões do estado. Os dados discutidos neste trabalho refletem meu conhecimento nativo deste dialeto.
2. Os chamados ditongos nasais constituem uma característica notável do português. A existência de formas superficiais com ditongos como [ãw̃], [ãws̃], [õys̃], [õys̃], e outros, diferencia esta língua das demais línguas românicas, constituindo-se em um campo interessante para a especulação fonológica. (Cf. Saciuk, 1970; Abaurre-Gnerre, 1973b).
3. Nota-se que sempre que mais de um plural é admitido, uma das possibilidades é *-ões*.
4. A diferença básica entre minha análise abstrata (Abaurre-Gnerre, 1973b) e a de Saciuk (1970) é a substituição de sua regra de *Inserção de Glide* por uma regra de *Vocalização de -n*. O argumento que então apresentei foi o de que a inserção de glide é não natural, no sentido de que reflete uma restrição que não é válida para a língua de modo geral. Há outras diferenças menores de ordenação e formulação de regras entre as duas análises abstratas que não são relevantes aqui, já que não concernem diretamente ao assunto do presente trabalho.
5. O [x] nas formas superficiais [ixm̃õw̃] e [ixm̃õws̃] resulta da aplicação de uma regra que transforma os /r/'s subjacentes em [x]'s fonéticos em certos ambientes. Não tentarei formular aqui essa regra por não ser necessária para dar conta dos dados em questão.
6. Para uma discussão a respeito da *palavra* como elemento fonológico primário no léxico, cf. Hooper, 1974.
7. Parece, no entanto, ser possível resolver problemas de representação lexical sem abrir mão da *Condição de Naturalidade Forte* e sem adotar sua versão revista, mais radical. Em Hooper (1974, 1975, 1976) encontram-se sugestões nesse sentido. A escolha que se faz neste trabalho, de adotar a *Condição de Naturalidade Forte Revista* como critério para as representações lexicais, não é, no entanto, crucial para a análise proposta para os nomes em -[õw̃] em FGN. A análise seria substancialmente a mesma se se assumisse, alternativamente, que a FGN incorpora a *Condição de Naturalidade Forte*, que é, em um certo sentido, uma restrição não tão forte com relação à abstração das representações lexicais, já que permite que as formas previsíveis dos paradigmas flexionados fiquem fora do léxico, sendo geradas através da aplica



ro nem no interior da FGS. Não é, portanto, seguro aplicá-lo como critério de avaliação para análises observacionalmente adequadas. Por último, não se pode usar um critério proposto para um modelo teórico em particular (neste caso a FGS) para comparar dois modelos teóricos e "escolher o melhor". Em outras palavras, se se pretende fazer uso de critérios semelhantes, é necessário trabalhar com critérios de avaliação definidos para cada teoria. Por exemplo: como decidir sobre o custo de diacríticos, utilizados na FGN, contra o custo da violação extrema da invariância, resultante da análise em FGS, em alguns casos? Concluímos, a partir destas observações, não ser possível recorrer a um critério como "simplicidade" para escolher entre análises feitas de acordo com diferentes modelos teóricos. Além do mais, mesmo que não se aceite a evidência apresentada a favor da FGN como mais adequada do que a FGS no caso dos plurais em português, será, ainda assim, necessário reconhecer que a FGN é tão adequada descritivamente quanto a FGS, no sentido de que dá conta dos mesmos fatos. Portanto, deve-se preferir a FGN à FGS, uma vez que a primeira constitui-se em um modelo de descrição muito mais restrito e menos poderoso. Se os defensores da FGS e das representações subjacentes abstratas querem manter que a FGS deve ser preferida, é sua tarefa argumentar a favor do modelo e motivar de modo convincente a introdução de todos os recursos aparentemente supérfluos para dar conta de casos que são resolvidos de forma pelo menos igualmente adequada pela FGN, com um aparato teórico muito menos poderoso.

Finalizando, gostaria de retomar a principal questão levantada por este trabalho, na tentativa de estabelecer uma relação entre o problema da complexidade fonológica ou morfológica do português no tocante ao plural dos nomes em -ão e o problema da aprendizagem dessas formas pelos falantes nativos. Evidentemente, se estivéssemos diante de casos de complexidade fonológica, conforme sugerem as análises em FGS, não deveria haver dificuldade na utilização das formas previstas para o plural. Sabe-se no entanto, que não é bem assim. Os falantes do português vacilam ao lidar com o plural de grande número dos nomes em -ão, ora escolhendo uma forma não autorizada, ora flutuando entre mais de uma forma, ora privilegiando a forma fonologicamente mais complexa. O comportamento dos falantes com relação ao plural dos nomes em -ão é, portanto, típico dos casos de complexidade morfológica, que exigem classificação e memorização. A única análise possível em FGN reflete esse comportamento, justificando assim o ensino sistemático e o tratamento dado a esses nomes nas gramáticas normativas da língua, que deixam implícita a arbitrariedade sincrônica da escolha do plural correto ao pressuporem a memorização de "listas" como as apresentadas em (2).

#### NOTAS:

\* Esta é uma versão revista de um trabalho apresentado em 1974 para um curso avançado de fonologia do Departamento de Linguística da Universidade de Nova York em Buffalo. Gostaria de agradecer à Dra. Joan Bybee por seus comentários pertinentes e valiosas sugestões relativas a uma versão preliminar do texto.

ção de regras produtivas.

8. Grifo meu.
9. Grifo meu.
10. Grifo meu.
11. Cf., porém, a nota 7.
12. A regra de nasalização é aqui formulada em sua forma mais geral, e diz que todos os segmentos não consonantais se nasalizam na presença de uma consoante nasal ou outros segmentos nasalizados. Deve-se observar que esta é uma regra totalmente motivada em termos fonéticos, na FGN, e que neste modelo de análise todas as outras regras envolvendo segmentos nasais (Cf. (5)) são dispensáveis, o que é uma consequência direta das restrições impostas à abstração das representações fonológicas.
13. Esta regra é formulada para dar conta do plural de todos os nomes e adjetivos na língua. Não entrarei em considerações a respeito de outras classes, aqui. É suficiente lembrar, por ora, que há outros processos morfofonêmicos operantes nas outras classes que têm que ser tratados por outras regras, depois do acréscimo do sufixo de plural aos temas.
14. A regra de alternância de glide não leva em conta o traço nasal dos glides em sua formulação, já que deve ser formulada em uma forma mais geral para dar conta também da alternância de glides orais em alguns pares de sg./pl. como [papéw] / [papéys], a serem discutidos na seção 4.. A regra, conforme formulada, aplica-se tanto aos glides orais como aos nasais.
15. Grifo meu.
16. Como falante nativa de português, preferiria admitir como correta a análise em FGS, com as representações abstratas, porque isso implicaria que os falantes da língua não têm que memorizar todos esses plurais. Infelizmente a análise não parece corresponder a nenhuma realidade psicológica. Não possuo todas as formas abstratas propostas estocadas em minha memória, já que no caso de itens não muito frequentes em [əw] eu simplesmente não sei o plural (talvez por tê-lo esquecido, talvez por nunca o ter aprendido). Para os falantes com menos ou nenhuma aprendizagem sistemática da língua, isto se torna ainda mais óbvio. Os erros são frequentes nessa área do léxico e na maioria dos casos o padrão produtivo é geralmente aplicado nos casos "errados".

17. Neste dialeto, o reflexo final da lateral  $\bar{e}$  realmente um glide posterior. Em alguns dialetos mais conservadores ela  $\bar{e}$  ainda pronunciada como uma lateral velarizada, enquanto que em outros ainda ela se manifesta como um glide posterior velarizado. Enquanto que os últimos dialetos mencionados ainda mantêm a diferença entre as formas em (14) I e II, o dialeto que aqui estudamos perdeu-a completamente, como demonstram os exemplos dados.
18. Note-se, a este respeito, que os falantes dos dialetos citados na nota 14 como man tenedores, ainda, da distinção no singular, não têm problemas para aprender, na escrita, os nomes escritos com l final, da mesma forma como não se confundem com os plurais. Em outras palavras, a distinção de classe para a formação de plural, para esses falantes,  $\bar{e}$  ainda transparente a partir da fonética dos seus dialetos.
19. Outra evidência a favor da hipótese de que as alternâncias morfológicamente condicionadas tendem a ser consideradas significativas e, conseqüentemente, tendem a ser utilizadas fora das classes originais, vem da alternância [o] / [ɔ] que acompanha a formação do plural e do feminino em uma classe arbitrária (sincronicamente) de nomes e adjetivos no português. Exemplos dos itens pertencentes à classe alternante são:

(i) a. [põxkʋ]	(masc. sing.)
[põxkø]	(fem. sing.)
	'porco'
[põxkʋs]	(masc. pl.)
[põxkøʃ]	(fem. pl.)
b. [nõvʋ]	(masc. sing.)
[nõvø]	(fem. sing.)
	'novo'
[nõvʋs]	(masc. pl.)
[nõvøʃ]	(fem. pl.)

Os nomes e adjetivos que não pertencem à classe alternante devem manter a vogal média fechada em todas as formas. É extremamente comum, no entanto, ouvir plurais como:

(ii) [bõvʋʋ]	'bolso'	(masc. pl.)
[bõvʋʋʃ]		(masc. pl.)

É comum, também, conseguir formas de feminino e de plural com as vogais médias abertas em respostas a testes com palavras inventadas. O que os fatos, mais uma vez, indicam,  $\bar{e}$  que:

- a) esta também é uma área onde se cometem freqüentes erros (já que, aqui, mais uma vez, a filiação a uma classe tem que ser memorizada);
- b) os erros mais freqüentes são a favor da alternância de vogal acompanhando a formação do feminino ou do plural, o que mostra que a alternância fonológica está sendo usada significativamente para reforçar as noções gramaticais de "plural" e "feminino", que, na classe não alternante, devem ser expressas pelos morfemas de feminino e de plural, apenas.

Este é um outro caso, portanto, de reestruturação na direção de uma maior complexidade de morfológica, no português. Evidência semelhante pode ser também obtida a partir do exame das alternâncias vocálicas nas formas verbais, das quais não me ocuparei neste trabalho.

---

#### REFERÊNCIAS:

- ABAURRE-GNERRE, M.B.M., 1973a, *Identidade de Representações Básicas e Fatores de Diferenciação Superficial no Componente Fonológico de Língua Cognatas*. Dissertação de mestrado, inédita. Campinas: UNICAMP.
- , 1973b, "Nasality in Portuguese: a critical consideration of a proposed analysis for nasal diphthongs". Inédito. Buffalo: State University of New York.
- , 1976, "O status teórico dos 'tempos' (velocidade) de pronúncia na Fonologia Gerativa Natural". in: *Atas do I Encontro Nacional de Lingüística*. Rio de Janeiro: Departamento de Letras/PUC.
- BRASINGTON, R.W.P., 1971, "Noun Pluralization in Brazilian Portuguese". in: *Journal of Linguistics* 7, 151-77.
- BRUCK, A., Fox, R.A. and LaGaly, M.W., 1974, *Proceedings of the Parasession on Natural Phonology*. Chicago: Chicago Linguistic Society.
- CUNHA, Celso, 1970, *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardos Alves S.A.
- D'OLIVEIRA, Fernão, 1536, *Grammatica da Língua Portuguesa*. Lisboa.
- HENSEY, F., 1968, "Questões de Fonologia Gerativa: as regras de pluralização". In: *Estudos Lingüísticos*, 3, 1-10. São Paulo: Centro de Lingüística Aplicada.

- HOOPER, J.B., 1972, "Constraints on vowel insertion and deletion", comunicação apresentada na LSA Summer meeting, Chapel Hill, N.C.
- , 1973, *Aspects of Natural Generative Phonology*. Tese de doutoramento (UCLA), inédita. Ann Arbor: University Microfilms.
- , 1974, "On Phonological Representations in the Lexicon". Inédito. Buffalo: State University of New York.
- , 1975, "The Archisegment in Natural Generative Phonology". In: *Language* 51 (3), 536-560.
- , 1976, *An Introduction to Natural Generative Phonology*, New York: Academic Press.
- HUDSON, G., 1975, *Suppletion in the Representation of Alternations*. Tese de doutoramento. Los Angeles: University of California.
- LEITE, Y., 1974, *Portuguese Stress and Related Rules*. Tese de doutoramento. University of Texas.
- N. St. CLAIR, R., 1971, "The Portuguese Plural Formation" in: *Linguistics, an International Review*, 68, 90-102. The Hague: Mouton.
- RUDES, B., 1976, "Lexical Representations and Variable Rules in Natural Generative Phonology". In: *Glossa* 10, 1.
- SACIUK, B., 1970, "Some Basic Rules of Portuguese Phonology" in: J.M. Sadock and A.L. Vanek (orgs.) *Studies Presented to Robert B. Lees by his Students*. Champaign: Linguistic Research, Inc.
- VENNEMANN, T., 1971a, "Natural Generative Phonology", Comunicação apresentada na reunião anual da Linguistic Society of America, St. Louis, Missouri.
- , 1971b, "Vowel alternations in English, German and Gothic: remarks on realism in phonology". Inédito. University of California. Los Angeles.
- , 1972a, "Phonetic analogy and conceptual analogy". in: T. Vennemann and T. Wilbur, 1972 (orgs.), *Schuchardt, the Neogrammarians and the Transformational Theory of Phonological Change*. Frankfurt am Main: Athenäum Verlag.
- , 1972b, "Phonological uniqueness in natural generative grammar", in: *Glossa* 6, 105-16.
- , 1972c, "On the theory of syllabic phonology", in: *Linguistische Berichte* 18, 1-18.

VENNEMANN, T., 1972d, "Rule inversion", in: *Lingua* 29, 209-42.

—————, 1973, "Phonological concreteness in natural generative grammar", in: R. Shuy and C.J. Bailey, 1973 (orgs.), *Towards Tomorrow's Linguistics*. Washington D.C.: Georgetown University Press.

—————, 1974, "Restructuring". In: *Lingua* 33.

POSSENTI, S. 1979, "via-rules: um problema metodológico para a fonologia gerativa". in: *Atas do III Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro, Departamento de Letras/PUC.